Origem	Conselho de Administração
Tipo de ato	Resolução nº 151, de 27/02/1998
Data de publicação	Publicado em 05/03/98 no DJU, Seção 2, pág. 268

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que o artigo 2º, da Resolução nº 148, de 9 de outubro de 1997, do Conselho de Administração desta Corte, prevê a atualização das Tabelas de Custas, Preços e Despesas, sempre que houver variação da unidade referencial utilizada para a cobrança dos débitos de natureza fiscal,

RESOLVE

Art. 1º. **Alterar** o Anexo I (Tabela de Custas, Preços e Despesas) e o Anexo II (Normas Gerais sobre Cálculos e Custas), do artigo 1º, da Resolução 148, de 9 de outubro de 1997, que passa a ser o seguinte:

ANEXO I

(Artigo 1º da Resolução 148, de 9 de outubro de 1997)

TABELA DE CUSTAS

Base de cálculo - UFIR = 0,9611

TABELA I

DAS AÇÕES CÍVEIS EM GERAL

a) AÇÕES CÍVEIS EM GERAL:

1% (um por cento) do valor da causa limitado ao:

1- Mínimo de 10 (dez) UFIRs	R\$ 9,61
2- Máximo de 1.800 (mil e oitocentas) UFIRs	R\$ 1.729,98

b) PROCESSOS CAUTELARES E PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

50% (cinquenta por cento) dos valores constante da letra "a", limitado ao:

1- Mínimo de 5 (cinco) UFIRs	R\$ 4,80
2- Máximo de 900 (novecentas) UFIRs	R\$ 864,99

c) CAUSAS DE VALOR INESTIMÁVEL E CUMPRIMENTOS DE CARTA ROGATÓRIA:

10 (dez) UFIRs	R\$ 9,61
----------------	----------

TABELA II

DAS AÇÕES CRIMINAIS EM GERAL

a) AÇÕES PENAIS EM GERAL, A FINAL PELO RÉU, SE CONDENADO:

280 (duzentas e oitenta) UFIRs	R\$ 269,10
--------------------------------	------------

b) AÇÕES PENAIS PRIVADAS:

100 (cem) UFIRs	R\$ 96,11
-----------------	-----------

c) NOTIFICAÇÕES, INTERPELAÇÕES E PROCEDIMENTOS CAUTELARES:

50 (cinquenta) UFIRs	R\$ 48,05
----------------------	-----------

TABELA III

DOS ATOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

a) CERTIDÕES EM GERAL, MEDIANTE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS, DATILOGRAFADAS OU DIGITADAS (MANUAL), POR FOLHA:

Valor fixo de 40% (quarenta por cento) da UFIR	R\$ 0,38
--	----------

b) CARTA DE SENTENÇA, POR FOLHA:				
Valor fixo de 10% (dez por cento) da UFIR		R\$ 0,10		
c)	CÓPIA	REPROGRÁFICA	SIMPLES,	POR FOLHA:
		R\$ 0,28		
d)	CÓPIA	REPROGRÁFICA	AUTENTICADA,	POR FOLHA:
		R\$ 0,38		
e)	AUTENTICAÇÃO,			POR FOLHA:
		R\$ 0,10		
f)	PORTE	DE	REMESSA	DE
RETORNO:			R\$ 8,00	
g)	CARTA	REGISTRADA	COM	AVISO DE RECEBIMENTO(A.R.):
		R\$ 3,00		

TABELA IV
DOS RECURSOS EM GERAL

	Porte de Remessa e Retorno em R\$	Custas em R\$	Valor do Preparo em R\$
a) EMBARGOS INFRINGENTES:	-----	R\$ 29,28	R\$ 29,28
b) AGRAVO DE INSTRUMENTO:	R\$ 8,00	R\$ 58,04	R\$ 66,04
c) RECURSO ESPECIAL:	R\$ 8,00	SEM CUSTAS	R\$ 8,00
d) RECURSO EXTRAORDINÁRIO:	R\$ 8,00	R\$ 58,04	R\$ 66,04
e) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL:	R\$ 8,00	SEM CUSTAS	R\$ 8,00
f) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO:	R\$ 8,00	R\$ 58,04	R\$ 66,04

ANEXO II

(Artigo 1º da Resolução 148, de 9 de outubro de 1997)

NORMAS GERAIS SOBRE CÁLCULOS DE CUSTAS

Regras Gerais do procedimento para cálculos, no âmbito desta Resolução:

I) FORMA DE RECOLHIMENTO E CONTROLE:

1) O pagamento inicial das custas e contribuições, será feito mediante apresentação de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, preenchido pelo próprio requerente em 4 (quatro) vias e recolhido nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 148, de 09 de outubro de 1997, com a utilização do código da receita 5775, no campo 04 (quatro) do DARF.

1.1) Duas (2) vias do DARF devem ficar retidas na agência bancária, a qual, quinzenalmente remeterá uma via de cada DARF recolhido, para a Secretaria Judiciária deste Tribunal, visando a elaboração de dados estatísticos sobre os valores arrecadados.

1.2) Duas (2) vias devem ser entregues pela agência bancária à parte, a fim de que uma delas seja anexada à petição inicial ou juntada aos autos, ficando a outra em poder do interessado.

II) CUSTAS INICIAIS:

1) O montante do pagamento inicial constante da Tabela I (*das ações cíveis em geral*), letras "a" e "b" deve ser calculado pelo próprio autor ou requerente, por ocasião da distribuição do feito ou, não havendo distribuição, logo após o despacho da inicial, constituindo-se de metade do valor fixado na Tabela I. A outra metade será exigível àquele que recorrer ou ao vencido, quando, não havendo recurso, for

cumprida desde logo a sentença e, ainda se, embora não recorrendo, o sucumbente oferecer defesa à execução do julgado ou procurar embaraçar-lhe o cumprimento.

1.1) Nos casos de urgência, despachada a petição fora do horário de funcionamento da instituição bancária credenciada para o recolhimento das custas judiciais, o pagamento será feito no primeiro dia útil subsequente.

2) Caberá à Divisão de Protocolo verificar se as custas foram efetivamente recolhidas, mediante juntada à petição inicial de via do DARF.

2.1) Caberá ao Chefe de Gabinete do Juiz Relator a quem couber a distribuição do processo, fiscalizar o valor exato das custas recolhidas.

III) COMPLEMENTAÇÃO DE CUSTAS NAS CAUSAS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA:

1) Em caso de recolhimento efetuado a menor, deve o Juiz intimar o autor ou requerente para imediata complementação, sob pena de cancelamento da distribuição (*artigo 257, C.P.C.*), ressalvada a hipótese prevista no do artigo 267, parágrafo 1º, do C.P.C., quando já estabelecida a relação jurídico-processual.

IV) INCIDENTES PROCESSUAIS:

1) Nos incidentes processuais autuados em apenso aos autos principais, não devem ser recolhidas custas. Quando sujeitos a preparo, por expressa disposição legal, o pagamento inicial das custas deve ser calculado com aplicação integral dos índices previstos na Tabela I (*das ações cíveis em geral*), desta Resolução.

V) PLURALIDADE DE AUTORES:

1) Na admissão de assistente, de litisconsorte ativo voluntário ulterior e do oponente, deve-se exigir de cada um, pagamento de custas iguais às pagas, até o momento, pelo autor.

VI) CAUÇÃO OU FIANÇA:

1) Não pode autorizar-se levantamento de caução ou de fiança, se pendente o pagamento de custas estabelecidas nesta Resolução.

VII) INSCRIÇÃO DE CUSTAS NA DÍVIDA ATIVA:

1) Extinto o processo, se a parte responsável pelas custas, devidamente intimada, não as pagar dentro de 15 (*quinze*) dias, o Juiz deve determinar o encaminhamento dos elementos necessários à Procuradoria da Fazenda Nacional, para sua inscrição como dívida ativa da União.

VIII) ISENÇÕES:

1) São isentos de pagamento de custas, conforme previsto no *artigo 4º, da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996*:

I - a União, os Estados, os Municípios, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações;

II - os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária gratuita;

III - o Ministério Público;

IV - os autores nas ações populares, nas ações civis públicas e nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

2) A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no *inciso I (VIII-ISENÇÕES)*, da obrigação de reembolsar as despesas judiciais feitas pela parte vencedora (*artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996*).

3) Não são devidas custas nos processos de "***habeas corpus***" e "***habeas data***", bem como na *reconvenção* e nos *embargos à execução* (*artigo 5º e 7º, da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996*).

IX) VALOR DA CAUSA:

1) Nas ações em geral, o valor da causa é aquele indicado na petição inicial ou decorrente de julgamento de impugnação ao valor da causa (*artigo 258 e seguintes do C.P.C.*). Nas execuções fiscais, o valor da causa será o total da dívida, nele incluídos os encargos legais, (*artigo 6º, § 4º, da Lei nº 6.830/80*).

2) Nas ações em que o valor da causa for inferior ao da liquidação, a parte deve efetuar o pagamento da diferença das custas pagas até então, para prosseguir na execução.

X) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:

1) Os embargos de declaração não estão sujeitos ao preparo, nos termos do artigo 536, do Código de Processo Civil.

XI) PROCESSOS ORIUNDOS DE OUTROS JUÍZOS:

1) Declinada a competência de outros órgãos jurisdicionais para a área federal, é devido o pagamento das custas. Como exceção à regra geral, mesmo sem o recolhimento das custas, o processo deverá ser distribuído, cabendo ao juiz do feito observar o disposto no artigo 257, do Código de Processo Civil.

2) Quando a declinação de competência for do Tribunal para outro órgão jurisdicional que não federal, não haverá devolução de custas recolhidas.

XII) MANDADOS DE SEGURANÇA:

1) Nos mandados de segurança de valor inestimável, os quais não devem ser confundidos com omissão do valor da causa, são devidas custas nos termos da Tabela I (*das ações cíveis em geral*), letra "c" (*causas de valor inestimável*), desta Resolução.

2) Nos mandados de segurança, com valor real atribuído à causa, as custas são cobradas nos termos da Tabela I, letra "a" (*das ações cíveis em geral*), desta Resolução.

XIII) PROCESSOS CRIMINAIS:

1) Aplicam-se as custas da Tabela II (*das ações criminais em geral*) desta Resolução.

XIV) PROCESSOS TRABALHISTAS:

1) Nas reclamações remanescentes, as custas devem ser pagas ao final pelo vencido, nos termos da Tabela I, letra "a" (*das ações cíveis em geral*), desta Resolução.

XV) AÇÕES RESCISÓRIAS:

1) Na ação rescisória, independente do depósito, a título de multa, previsto no artigo 488, inciso II, do C.P.C., as custas são cobradas pelos valores estabelecidos na Tabela I, letra "a" (*das ações cíveis em geral*), desta Resolução.

Art. 2º. Os demais artigos da Resolução nº 148, de 09 de outubro de 1997, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Juiz **JORGE SCARTEZZINI**
Presidente